

# Os *mass media* entre o sistema e o mundo da vida

João Carlos Correia  
Universidade da Beira Interior

## Índice

1	Introdução . . . . .	1
2	A Teoria dos Sistemas Sociais e a cibernética de primeira ordem . . . . .	2
3	Bibliografia . . . . .	13

## 1 Introdução

Ao longo deste texto, observam-se alguns dos desenvolvimentos na teoria dos sistemas sociais que induzem consequências decisivas para a investigação acerca do papel desempenhado pela opinião pública e pelos *mass media* na constituição da sociabilidade. Para analisar tais desenvolvimentos e melhor compreendermos o pano de fundo sob o qual emerge efectiva novidade do empreendimento luhmaniano em relação aos seus antecessores recorre-se a autores marcadamente influenciados de forma diferenciada, pela Teoria Geral dos Sistemas. Por outro lado, regista-se a inesperada recepção que Habermas faz desta teoria, construída, sobretudo ultimamente, de um modo em que alguns vêm seja a influência de Parsons seja de Luhmann. Por último, consideram-se os problemas e dificuldades que emergem em torno destas propostas teóricas chamando a atenção para eventuais percursos alternativos que algo devem às intuições formuladas pela

Fenomenologia Social. Deste modo, tentou-se desenhar um percurso onde existem cruzamentos inesperados em volta da questão das relações entre o sistema e o mundo da vida, quicá os pólos fundamentais que permitem balizar um discussão sobre as relações entre comunicação e sociedade.

Este texto debruça-se sobre uma corrente teórica, que pretende isolar analiticamente a vida social como sistema. Não é por razões relacionadas com a história das ideias que urge falar de Parsons, Habermas e Schutz numa conferência sobre Luhmann. Desde logo, são outras as razões que se apresentam. Embora se adivinhem no que já disse, considero relevante precisá-las.

A) desde logo, existe, nestes autores, uma clara unidade temática. O problema das relações entre comunicação e sociedade entrecruza-se com o problema que consiste em saber que respostas existem para a emergência da ordem social. A Teoria dos Sistemas é um modo de encarar o problema da ordem social invocado sob um certo ponto de vista que implica a questão do modo da construção do mundo social. Essa questão terá uma dimensão filosófica que se identifica com a presença do sujeito no mundo e uma outra dimensão sociológica que se articula com a primeira e que procura responder à questão acerca de como é possível criar

uma certa ideia de nós em face da pluralidade de desejos, ambições e projectos de cada um. Tais preocupações, especialmente as de segunda natureza, cruzam-se com as Ciências da Comunicação, nomeadamente em áreas disciplinares como a Teoria da Informação e Comunicação que tanto deve à Cibernética, nas relações entre comunicação e sociedade e na análise das relações entre comunicação e política. Assim, no ponto de vista que tento sustentar parece-me razoavelmente sensato que, para entender a posição que os *media* e a opinião pública ocupam na constituição da sociabilidade, é preciso compreendermos como e em que medida, se estrutura a sociabilidade e quais os processos de mediação, entendida num sentido mais lato que explicam esse papel.

B) Se a compreensão dos *media* só faz sentido âmbito de uma teoria da mediação social, esta remete para as várias concepções possíveis de ordem e para as diferentes concepções possíveis das relações entre os agentes e a estrutura social. Ao formular esta hipótese surgem perguntas que urge tentar responder desde um ponto da Teoria dos Sistemas e dos seus interlocutores/opositores mais directos: os *mass media* são apenas meios que asseguram uma espécie de *feedback* negativo a partir do sistema social? Constituem eles próprios um sistema? Numa outra possibilidade, será que os *media* asseguram alguma possibilidade de articulação com o mundo da vida, no caso de este ainda manter alguma relevância teórica? Nesse sentido, tendo como fio orientador a Teoria dos Sistemas de Niklas Luhmann, seleccionamos os elementos que permitem entrever um silencioso diálogo com teorias por vezes contrastantes mas que insistentemente lidam com os mesmos assuntos: a estrutura

e o processo social, e a natureza da comunicação e o papel da linguagem – os panos de fundo mais adequados para o prosseguimento desta discussão. Nesse sentido, ontem Parsons e Schutz, hoje Habermas e Luhmann (não por caso, protagonistas directa e frontalmente envolvidos entre si em importantes debates explicitamente assumidos como tais envolvendo a Teoria dos Sistemas), parecem oferecer pistas para esta reflexão.

## 2 A Teoria dos Sistemas Sociais e a cibernética de primeira ordem

### I

Ao longo dos anos 40, os desenvolvimentos no âmbito da teoria dos sistemas, tendo como pano de fundo as relações com a Cibernética, a Biologia, aceitaram como premissa que um sistema se defina como um todo organizado formado por elementos interdependentes, rodeado por um meio exterior (*environment*), e que se designe o sistema que interage com o meio exterior como um sistema aberto no qual as relações com o meio exterior se processam através de trocas de energia e/ou informação designadas por *input* ou *output* (Von Bertalanffy, 1968: 57). A consolidação deste ambiente teórico definiu um tipo de estudos cibernéticos interessados na estabilidade dos sistemas e nos processos de retroversão, causalidade circular e manutenção de equilíbrio. Aprofundaram-se, assim, conceitos como os de *feedback positivo e negativo*, referindo-se respectivamente o primeiro aos processos de natureza predominantemente homeostáticos que privilegiam a manutenção da direcção impressa pelo sistema e a continuação do respectivo equilíbrio

e o segundo a processos adaptativos que implicam a mudança e a exigência de transformação.

Num contexto geral da ciência em que a abordagem sistémica parecia prevalecer sobre a abordagem analítica, Talcott Parsons, apesar das dificuldades em passar de um modelo centrado na relação entre todo e partes para uma relação entre sistema e meio, recolheu desta inovação epistemológica elementos que lhe permitiram pensar na teoria da acção social em termos tais que implicou contributos da Biologia e da Teoria Geral dos Sistemas.

A partir de *Social Systems*, encara-se, de modo explícito, o processo de interacção como um sistema, seguindo um processo de reflexão teórica que culmina no estrutural-funcionalismo. Nesta fase da reflexão, detectam-se quatro funções básicas e vitais para a existência da sociedade (Parsons, 1974:16), correspondentes, por seu turno, a subsistemas especializados da própria sociedade que visam a resposta aos diversos imperativos funcionais: a adaptação (*adaptation*) que se processa ao nível do subsistema económico e que representa as forças do sistema social mais próximas do mundo material, isto aquelas forças condicionais e coactivas às quais enfrentarmo-nos e adaptarmo-nos; a de prossecução de fins (*goal-attainment*) que compete primordialmente aos políticos e ao governo, sendo a organização o seu elemento chave; a função de integração (*integration*) que representa o nível de compatibilidade caracterizador das relações internas dos elementos de um determinado sistema, correspondente ao *subsistema social*, isto é à socialização propriamente dita que se identifica, de certo modo, com o sentimento de pertença que se

gera no interior dos grupos, sendo predominantemente regulada por normas mais do que por valores e a função de manutenção dos modelos culturais (*latent pattern maintenance*), correspondente ao *subsistema da cultura* e que permite a superação satisfatória dos eventuais conflitos.

A compreensão deste esquema implica entender as relações de cada sistema com os sistemas limítrofes. Cada subsistema estabelece um intercâmbio e interpenetração com os restantes sendo que cada subsistema é reproduzido a partir de uma combinação de dados que recebe dos sistemas limítrofes. Apesar da elevada especialização verificada nas instituições cada uma encontra de si as quatro dimensões funcionais. Um sistema só emerge quando encerra dentro de si todas as variedades todas as quatro variedades relativas à acção (Luhmann, 1996: 36). O equilíbrio depende de uma reciprocidade entre todos os factores do sistema social.

## II

A influência de um conjunto de descobertas e reflexões no âmbito da biologia e da neurociência produziu uma importante inflexão na Teoria dos Sistemas que se traduziu, desde logo, no abandono do modelo homeostático centrado na busca do equilíbrio e o aumento de interesse na capacidade de auto-organização e de auto-produção (autopoiesis) do sistema. Com efeito, para Luhmann, as reflexões produzidas quer no âmbito da teoria dos sistemas ou da Cibernética em torno seja de um modelo holístico seja de um modelo aberto não responderam à pergunta acerca do modo de constituição dos sistemas sociais (Torres Nafarrate, 1998 a : 19).

Uma das pedras de toque desta inflexão teve a sua origem na atenção concedida à autopoiesis, um neologismo criado por Francisco Varela e Humberto Maturana para designar a capacidade de auto-organização de um sistema vivo mínimo. Este tipo de abordagem segundo Varela (1991:5 - <ftp://ftp.eeng.dcu.ie/pub/alife/bmcm9401/varela.pdf>) teve a sua origem na análise da capacidade das células, os mais simples de todos os sistemas vivos, para produzirem através de uma rede de processos químicos, os componentes químicos que conduzem à constituição de uma unidade distinta e delimitada. Segundo esta perspectiva (Varela, 1991: 5), um sistema autopoietico é organizado (definido como unidade) como uma rede de processos de produção de componentes, de tal maneira que esses componentes a) continuamente regenerem a rede que os produz e b) constituam o sistema como unidade distinguível no domínio no qual ele existe. No que respeita à relação dos sistemas autopoieticos com o seu ambiente, o sistema depende do seu ambiente – no caso do organismo unicelular referido por Varela, do seu ambiente físico-químico – para manter a sua conservação como identidade. Porém, simultaneamente, precisa de se separar dele na mesma medida em que mantém o seu acoplamento com ele (Varela, 1991: 7). Neste processo dialógico, o balanço pende ligeiramente para que o sistema tenha o papel activo no acoplamento recíproco definindo o que é a unidade no mesmo momento em que lhe define o que é exterior a ela, isto é o seu ambiente envolvente. Assim, “uma observação mais próxima demonstra que esta exteriorização só pode ser compreendida, por assim dizer a partir de dentro (*from inside*): a unidade autopoietica cria

uma perspectiva a partir da qual o exterior é algo que não pode ser confundido com as coisas que nos rodeiam fisicamente como observadores”(Varela, 1991: 7). Há elementos do ambiente do sistema celular analisado que só são pertinentes porque o sistema analisado aponta para eles como relevantes. O ambiente não é um simples porção de mundo que “está fora” do sistema nem as regularidades ambientais dotadas de significado são apenas traços extremos interiorizados pelo sistema mas ambos são, antes, o resultado de uma história conjunta de co-determinação (Varela, 1991: 114). Radicaliza-se, deste modo, uma certa abordagem que já há muito percorria observações que se vinham produzindo no campo da Biologia.<sup>1</sup>

A inspiração que Luhmann recolhe destas reflexões cai no pólo diametralmente oposto do modelo homeostático, tal como ele se configurara em diversas formulações de natureza sistémica na Sociologia e na Ciência Política. Com a ênfase crescente atribuída à *autopoiesis*, cada sistema é descrito diferenciando-se através de processos de selecção e através de uma lógica de reprodução própria que transcende a interacção individual. Luhmann insiste particularmente na ideia segundo a qual qualquer análise teórico-sistémica deve sempre partir da dife-

<sup>1</sup> Em biologia, Jacob von Uexküll analisara a fatia da riqueza do real que cada organismo vivo pode recortar e perceber graças à sua organização psicofísica. Vom Uexküll mostrou desenhos da mesma porção de natureza vista por animais de diferentes espécies. Cada organismo tem o seu próprio Umwelt e o biólogo descobre que não há tempo ou espaço absolutos, mas ambos dependem da maneira pela qual o organismo recebe, interpreta, processa e reage à informação do mundo exterior. (Isac Epstein, Introdução a Comunicação e Cibernética, São Paulo, Cultrix, 1973, pp. 11-12).

rença entre ambiente e sistema. (Luhmann, 1998 a: 40). Cada sistema reproduz-se a si próprio na base de cada uma das suas próprias operações específicas e observa-se a si próprio e ao seu ambiente. O que quer que eles observem é marcado pela sua perspectiva única, pela selectividade das distinções particulares que eles usam para a sua própria observação. Os sistemas só podem diferenciar-se por referência a si mesmos: “os critérios de conservação de um sistema social não podem ser descritos por um observador externo, já que esta operação [de delimitação] tem que surgir do interior do próprio sistema. Um sistema social deve dizer por si mesmo, as suas estruturas mudaram tanto que já não possa ser considerado o mesmo” (Luhmann, 1996: 29). Para tornar isso possível os sistemas têm que criar uma descrição de si próprios; eles têm pelo menos que ser capazes de usar a diferença entre sistema e meio ambiente dentro deles próprios enquanto orientação e princípio de informação. O ambiente é um correlato necessário das operações auto-referenciais. Porém, este modo de existir do ambiente é completamente diverso do modo como fora concebido na cibernética de primeira ordem mais marcadas pelo modelo homeostático. Com efeito, constitui uma consequência deste modo de conceber a teoria dos sistemas, o facto de que o ambiente só alcança a sua unidade mediante o sistema e sempre em relação com ele (Luhmann, 1998 a: 41).

Uma premissa essencial, consiste, pois, na afirmação de que um sistema emerge como uma diferença entre um sistema e um ambiente (Luhmann, 1996: 62). Não se trata de uma premissa linear já que, se a diferença entre sistema e meio ambiente é aquela que permite que o sistema possa emergir, é a di-

ferença mediante a qual o sistema se encontra constituído. Sem aprofundar excessivamente o carácter paradoxal destas formulações basta recordar que o sistema produz um tipo de operações exclusivas: um ser vivo reproduz a vida que o mantém vivo enquanto permanece com vida. O sistema social produz a diferença entre comunicação e ambiente no momento em que leva a efeito processos de comunicação, isto é no momento em que a comunicação desenvolve a lógica de desenvolvimento da próxima comunicação (cfr. Luhmann, 1996: 78). Com este passo, pretende-se colmatar um problema de que se dera conta nas teorias clássicas que tinham baseado na noção de sistema aberto: o modelo dos sistemas abertos trabalhava com um conceito indeterminado de ambiente e mostrava-se impotente para responder à pergunta que ele considera fundamental que consiste em saber o que é a diferença subjacente ao binómio sistema/ambiente. Esta pergunta, formulável de numerosas maneiras, entronca-se com outras: como é possível que a distinção sistema/ambiente se reproduza, mantenha e desenvolva e que operação torna possível a manutenção dessa diferença? Ou seja, e dito de outro modo : que operação permite aos sistemas traçar um limite como a aquele que traçam face ao ambiente?

A resposta luhmaniana consiste numa outra premissa fundamental que se decidiu isolar neste texto: a operação que permite aos sistemas sociais traçarem o limite face ao ambiente é a comunicação. A comunicação reproduz-se como a operação típica dos sistemas sociais, porque a sua reprodução equivale à reprodução dos "elementos e estrutura" dos próprios sistemas sociais (autoreferência da comunicação). Para existir um

autoencadeamento operatório da comunicação em comunicações por meio de comunicações é necessário que a comunicação estabeleça a diferença entre o que é comunicação e o que não é já definido pela comunicação. É, pois a comunicação que permite o surgimento da distinção entre sistema e meio. Com efeito, a sociedade é pura comunicação e só é possível acercar-se dela mediante o estabelecimento de distinções. Por conseguinte, os sistemas sociais são, antes de tudo, uma distinção que só surge através de operações de comunicação. “Pode-se assim aprender a sociedade como um sistema autopoietico constituído por comunicações e que produz e reproduz essas comunicações que a constituem através de uma rede dessas comunicações. Isto conduz a uma delimitação clara entre sistema e ambiente: a sociedade é somente composta de comunicações (e não de homens) e tudo o que não é comunicação pertence ao ambiente do sistema” (Luhmann, 1998 a: 51-52). A comunicação surge, pois, como o operador que torna possível todos os sistemas de comunicação, por mais complexos que se tenham tornado no transcorrer da evolução: interacções, organizações, sociedades. Por isso, “tudo o que existe que se pode designar como social resulta de um mesmo tipo de acontecimento: a comunicação” (Luhmann, 1998 a: 68; cfr. Luhmann, 1998, 138). A operação que o sistema empreende (a operação de comunicação) desenvolve uma diferença na medida em que se relaciona com outra operação do mesmo tipo, deixando de fora as restantes. Fora do sistema, no ambiente, sucedem coisas e acontecimentos, as quais só ganham significado quando o sistema relaciona, enlaça esses acontecimentos com a comunicação que lhe é própria. uma vez que, se o sis-

tema tem que decidir se relaciona uma comunicação com outra, tem que possuir a capacidade de perceber, de observar o que lhe diz respeito e o que não lhe diz respeito. Assim, “para Luhmann é claro que a comunicação é sempre uma ocorrência selectiva. O significado não permite outra coisa senão escolher e a comunicação é um processo de selecção.” (Idem, 1998: 138).

A forma como é concebida a distinção entre sistema e ambiente na perspectiva luhmanniana conduz a uma teoria da diferenciação sistémica. Esta, como afirma Luhmann (1998: 42), é simplesmente a formação de sistemas dentro de sistemas. O sistema global adquire a função de ambiente interno para cada um dos sistemas parciais, apresentando-se porém como específico para cada um deles. O sistema global multiplica-se num conjunto de diferenças entre sistemas e ambiente. Ora, conseqüentemente, cada diferença de sistema parcial constitui-se num sistema global ainda que a partir de uma perspectiva distinta (Luhmann, 1998 a: 42). Com efeito, ao longo da obra de Luhmann encontramos uma tentativa teórica para rejeitar a sobreposição ou hegemonia de um sistema sobre outro. Com Aristóteles, o lugar conferido à comunidade política mais não constitui do que a dificuldade de verificar uma operação de diferenciação funcional que permite a formação de um subsistema específico relacionado com o poder. Com Marx, o lugar conferido à economia reflecte a mesma dificuldade de observação coma importância dada à sociedade económica, graças à qual se identifica um subsistema social com a sociedade. Finalmente, cada um destes subsistemas deixa de carecer de expectativas normativa (cfr. Cohen e Arato, 1995: 305-6). Por detrás desta refle-

xão, está patente a preocupação com a recusa da hegemonia de um sistema e a consequente recusa de uma racionalidade hegemónica.

Desta abordagem, resulta finalmente uma concepção de sociedade que possui em relação aos homens e em relação aos indivíduos uma extrema independência. Ambos são sistemas autoreferenciais, porém dotados da sua própria criatividade e de produções específicas. Entre sociedade e indivíduos não se dá uma relação entre parte e todo, pois os seres humanos são relegados para o ambiente. A Teoria dos Sistemas abandona a sua configuração essencial de uma teoria da acção para passar a constituir-se como uma teoria da comunicação. A integração social é integralmente substituída pela integração sistémica, restando saber qual a posição que, nesse caso, ocupa uma Teoria da Acção comunicativa no âmbito da discussão do modelo sistémico.

### III

Desde os anos 80, Habermas, desenvolveu uma complexa relação entre sistema e mundo da vida como duas perspectivas teóricas a partir das quais é possível analisar a sociedade ao nível da integração social e ao nível da regulação sistémica. Segundo Habermas, a integração de um sistema de acção é conseguida num caso através de um consenso normativamente fundado ou comunicativamente obtido e do outro lado é obtido através de uma regulação não normativa das decisões individuais que vai além da consciência dos actores. A distinção entre integração social e integração sistémica torna necessário diferenciar o conceito de sociedade em si mesmo. Por um lado, a acção é concebida a partir da perspectiva participante do agente

social como mundo da vida de um grupos social. Do outro lado, da perspectiva do observador não participante, a sociedade pode ser concebida como um sistema de acções na qual a significação funcional é atribuída a uma dada acção de acordo com o objectivo de manutenção do sistema (Habermas, 1984: 117). O mundo da vida implica a integração social. Porém, com o aumento da complexidade social, desenvolvem-se subsistemas racionais (a política e a economia) acompanhados pelos respectivos *media* reguladores (o dinheiro e o poder) que desempenham a sua função na área da burocracia e dos mercados, dirimindo as pretensões de validade conflituais com o auxílio de mecanismos de regulação sistémicos. Os dois subsistemas participam numa função social idêntica, a integração sistémica, a qual se refere à interdependência funcional dos efeitos da acção coordenados sem referência à orientação e normas dos seus agentes. A invés o mundo da vida refere-se à reserva de tradições implicitamente conhecidas, desenhadas pelos indivíduos na vida quotidiana. No mundo da vida realçam-se três componentes – cultura, sociedade e personalidade – os quais são reciprocamente diferenciáveis. Na medida em que os actores se entendem mutuamente e concordam na sua situação, eles partilham uma tradição cultural. Na medida em que coordenam a sua acção através de normas intersubjectivamente reconhecidas, eles agem como membros de um grupos social. Enquanto indivíduos que crescem numa tradição cultural e participam na vida social, eles interiorizam valores e normas, competências para agirem, e desenvolvem as suas identidades sociais e individuais. Não se trata de um modelo bipartido mas antes de um modelo tripartido, pelo que dificilmente se po-

derá concordar estarmos diante de uma versão das velhas teorias que opõem Estado e Sociedade.

#### IV

As diferentes teorias da mediação e da ordem social a que nos temos vindo a referir têm como correlatos teorias sobre *os media* que reflectem estas diferentes premissas teóricas.

##### a) o modelo cibernético e as suas críticas

No ambiente das primeiras investigações desenvolvidas no âmbito da Cibernética e da Teoria dos Sistemas Sociais, Harold Lasswell desenvolve uma teoria fundada na cibernética tal como ela se intuía nos anos 30, sugerindo que o sistema político no seu funcionamento pode ser comparada a um organismo que tende a manter um equilíbrio interno e a reagir às mudanças de ambiência, de forma a manter o equilíbrio. O processo de reacção aos estímulos do meio exige maneiras especializadas de organizar as partes do todo de modo a manter uma acção harmoniosa (Lasswell, 2002:50-51). *Os media*, entre outros agentes sociais, desempenham o papel de sentinelas, ficando como observadores e manifestando-se sempre que alguma mudança alarmante ocorre nos arredores. Já resultante da deriva funcionalista na Teoria dos Sistemas Sociais, Parsons, Merton e Lazarsfeld subscreveram textos sobre *os media* na qual se detectam as respectivas funções ( reprodução de normas, atribuição de prestígio e reprodução da memória cultural) e as respectivas disfunções, designadamente a celebrada disfunção narcotizante ( Lazarsfeld e Merton, 1987: 230 e seguintes).

##### b) Os mass media e a teoria dos sistemas: o modelo luhmanniano e os seus críticos

Por seu lado, a aplicação da Teoria Geral dos Sistemas autopoieticos e referenciais aos *mass media* implica a consideração destes últimos como um domínio dotado de código próprio que remete para os seus próprios critérios de observação. (cfr. Luhmann, 2000: 12). Tal como os restantes sistemas sociais, o sistema dos *mass media* é uma galáxia de comunicação semelhante aos restantes sistemas dotada de um código próprio que distingue o que se pode considerar ou não digno de ser trabalhado como informação pelos *media* de massa. Esta binariedade do código impõe aos *mass media* uma selectividade que os obriga a ir conformando critérios que lhe permitam seleccionar entre o que é publicável e o que não é publicável. A necessidade de ter em conta estes elementos de selecção implica standartizar e restringir as possibilidades de realização dos *mass media*.

O problema da informação noticiosa assenta na selectividade do sistema dos *mass media* e não contém, pois, qualquer referência à verdade, pois o código binário verdade/falsidade nem sequer lhe é inerente: é antes próprio de um outro sistema social designado por ciência. A informação proveniente dos *media* é uma construção da realidade., não sendo possível utilizar o conceito de manipulação nem tentar descortinar a verdade que eles ocultam. Como diz Luhmann”o conhecimento que provém dos *media* de massa parece estar elaborado por um tecido auto-reforçado que se tece a si mesmo” ( Luhmann, 2000; 2). Não há ocultação nem uma verdade oculta, nem nenhum criador de intrigas oculto por detrás do cenário, como acreditam os sociólogos (cfr. Luh-

mann, 2000: 2).. Como toda a distinção entre autoreferência e heteroreferência só pode existir no interior do sistema, então todo o conhecimento é uma construção processada com a ajuda dessa distinção. Não é possível pois outra possibilidade que não seja a de construir a realidade e observar como os observadores constroem a realidade (Luhmann, 2000: 10).

O processamento dos critérios referentes ao sistema dos *mass media* encontra a sua tradução nos chamados valores notícia, os quais permitem distinguir o que deve ser digno de tratado como publicável. Nessa medida, segundo Luhmann, critérios como noticiabilidade, actualidade, quantidade, prestígio dos envolvidos constituem os valores que o sistema dos mass media erigiu para si próprios enquanto elementos estruturantes que permitem a compreensão das suas escolhas de acordo com o mecanismo de observação que lhe é próprio.

O modelo de Luhmann suscita muitas dúvidas a que nos referimos apenas genericamente porque nos interessa especialmente o modo como tal se reflecte ao nível dos *mass media*. Não resisto, por isso, a citar um texto de Humberto Maturama que vai directa à problemática luhmaniana, de um modo que não se pode considerar nem trivial nem acessória, pois diz respeito ao facto, para mim primordial, de a Teoria dos Sistemas em qualquer das suas versões, mas particularmente na de Luhmann, remeter a vida quotidiana para a periferia. Num comentário citado pelo editor espanhol das edições de Luhmann, Maturama afirma que “a noção de social está mal aplicada ao tipo de sistemas que Luhmann chama de sistemas sociais” e considera que a consideração do humano como algo periférico ao social tem

consequências políticas que o incomodam: se o humano fosse periférico relativamente ao social não haveria lugar para reflexões de natureza libertadora que resgatassem o indivíduo das formas de viver não humanas que o aprisionam (Maturama apud Torres Nafarrete in Luhmann, 1996: 93).

No fundo Maturama, limita-se a constatar o óbvio: a sociologia de Luhmann é anti-humanista e, logicamente, contra a teoria da acção. Como consequência, a meu ver deixa escassas possibilidades de pensar alguns problemas de natureza empírica como sejam manipulação e como sejam as interferências concretas dos actores sociais nas escolhas atribuídas apenas aos sistemas.

Esta dúvida articula-se, naturalmente, com outra que resulta da complementaridade entre sistemas, dos olhares recíprocos que estes trocam entre si. Parece-me plausível aceitar que os sistemas nunca funcionam como agentes de racionalidade da totalidade do sistema, pelo que a racionalidade total do sistema é impossível. Nesse aspecto, Luhmann dá sugestões interessantes. Precisamos de uma teoria que tenha a complexidade como o seu estímulo.

Porém, sem com isto, poder afirmar certas absolutas, parece-me que no plano empírico se torna difícil tomar por adquirida o tipo de diferenciação sistémica plasmado por Luhmann. Evidentemente que parece relativamente óbvio que a autonomia dos diferentes sistemas não significa o seu isolamento e, para citar um exemplo relativamente recorrente poderá sempre afirmar que os acontecimentos verificados no sistema político constituem uma fonte de problemas que o sistema dos *mass media* terá de ter em conta. Porém, como este “ter em conta” é sempre formulado nos termos dos critérios es-

pecíficos do sistema político não chega sequer a ser necessário falar de manipulação já que o sistema dos *mass media* possui critérios próprios que lhe permitem distinguir binariamente entre o que é publicável e o que não é publicável. Luhmann dá como exemplo o caso da Guerra do Golfo em que não foi necessária efectuar uma censura mas apenas introduzir notícias que correspondessem aos critérios específicos deste sistema. Ora se atendermos à situação exemplificada por Luhmann, a questão do poder como código binário implícito ao sistema político parece ser, do ponto de vista do sistema político, o que, afinal se lhe se impõe. Poderá responder-se que, do ponto de vista do sistema dos *mass media*, o que “conta” são os critérios relativos ao código que lhe é específico. Porém, a meu ver a realização de *breafings* e de outros modos de exposição da informação previamente tratada no âmbito do sistema político não me parece, em si mesma, qualitativamente diferente das técnicas de censura e, a meu ver, constituem um exemplo de manipulação.

Será que a alegada adopção de critérios do próprio sistema, exactamente pelo facto de não ter em conta os processos quotidianos de acção social, não é cega face a eventuais fenómenos de intervenção de outros critérios formulados noutros sistemas? De acordo com este tipo de preocupações, Hans Mathias Keplinger da Universitat Mainz (Alemanha) lançou um paper intitulado “Toward a system theory of political communication” na qual reflecte sobre a concepção luhmaniana segundo qual as fronteiras dos sistemas podem ser apenas compreendidos como barreiras de significado, como elementos de stock de informação, cuja actualização é feita de

acordo com as regras inerentes ao sistema. Keplinger (1996) pretende demonstrar a relação entre mass media e decisão política. Nesta reflexão, Keplinger demonstra que a influência dos *media de prestígio* nas elites políticas é baseada em grande parte na conexão pessoal entre ambas as elites. Por exemplo, um estudo recente acerca da elite mediática nos Estados Unidos mostrava que 290 funcionários de topo dos 25 maiores jornais diários tinham ao seu dispor 447 relações pessoais com os círculos restritos da economia, da elite universitária, dos clubes mais importantes e dos círculos políticos dirigentes. Porém, dessas pessoas só 25 tinham acesso a 204 dessas ligações, que ocupavam posições chave. Ora, a determinação mútua de agendas e a teoria da tematização ( para a qual Luhmann deu um contributo inegável) parece desta forma remeter para processos de negociação que, no limite, implicam processos de decisão em que a primazia funcional de um sistema parece impor-se aos critérios de outro sistema. Por outro lado, torna-se relevante que a adopção de critérios por parte de um sistema implica uma regularização e uma estabilização, uma ordem que provém de rotinas organizacionais praticadas por agentes sociais concretos que actuam quotidianamente.

### c) Limites do modelo habermasiano

Nessa medida, parece que a abordagem habermasiana parece responder a algumas das questões colocadas pelos problemas levantados pela irrelevância atribuída por Maturama à vida quotidiana no âmbito da teoria dos sistemas luhmaniano. Todavia, também aqui resultam algumas reservas e críticas que não será estulto subscrever.

As principais críticas ao modelo haber-

masiano resultam de um certo essencialismo imputado à existência de duas instâncias – sistema e mundo da vida – da qual resultaria do primeiro uma espécie de indiferença normativa à qual se contraporía, no caso do segundo, uma espécie de oceano de consensualidade ideal, apesar da reflexividade dirigida a si mesmo. O resultado é conhecido: Esquece-se que nem toda a forma de entendimento obtida no mundo da vida é argumentativa e racionalmente fundada. Omite-se a consideração do mundo da vida como um espaço onde há lugar para o poder, para a dominação. Finalmente, dilui-se a percepção de que o mundo da vida é um espaço multiforme e onde se cruzam racionalidades diversas. Nesse sentido, há no mundo da vida habermasiano uma excessiva indiferença à estranheza que se traduzem num défice de tentativa de compreensão dos mecanismos micro sociológicos de construção do conhecimento, de reprodução do poder e das normas sociais. Mais uma vez, aos meus olhos, corre-se o risco de se produzir uma certa sensação de irrelevância na consideração do mundo quotidiano provocada desta vez por uma omissão relativa a uma tradição sociofenomenológica do mundo da vida.

Nesse sentido, parece interessante registar uma análise dos *media* onde se cruzam ficções complementares, para utilizar uma expressão de Axel Honneth que eu gostaria, por razões de precisão, ver transformada em idealizações complementares. De um lado, regista-se uma tendência na teorização habermasiana para uma evolução paralela dos conceitos de *media* e esfera pública que se pode resumir deste modo: quanto mais a esfera pública ganha um carácter complementar no âmbito de uma certa inflexão sistémica mais facilmente se parece aceitar a lógica

dos *media* tal e qual e qual como eles existem. De outro lado, parece escassa a análise dos *media* sob o ponto de vista de uma fenomenologia do mundo da vida, apesar da reconhecida pertinência que tal tradição tem na sociologia da cultura e na sociologia da comunicação e da importância que ela poderia ter para a compreensão dos mecanismos quotidianos de produção do conhecimento.

Assim, creio que é legítimo delinear duas estratégias complementares que apontam para a necessidade de outros desenvolvimentos. A primeira consiste no reconhecimento de que os meios de comunicação tradicional e mesmo os novos meios foram incubados – nas suas formas actuais e conhecidas - em ambientes sistémicos onde os *media* reguladores predominantes são o poder e o dinheiro: (Pissarra Esteves, 2003: 154). Num contexto de generalização da acção instrumental e estratégica, apoiada numa racionalidade de ordem teleológica separada das exigências éticas e morais, os *media*, com graduações diferentes, parecem viver sobre a ameaça constante da presença de uma lógica tecnicista da informação que neutraliza as potencialidades comunicacionais dos próprios *media*. Num contexto de influência generalizada dos valores instrumentalistas, a influência dos mesmos faz-se sentir numa certa apropriação unilateral dos *media*, não apenas no que diz respeito à sua estrutura de propriedade mas que diz respeito às linguagens predominantes e às próprias finalidades que têm em vista (interesses privados, comercialismo, etc.). (cfr. Pissarra Esteves, 2003:21). Porém, simultaneamente, esta estratégia de desconfiança não deve fazer-nos encerrar numa visão apocalíptica. Na verdade, existe um limite: “por mais poderosos que se tenham tornado os *media* têm de man-

ter alguma reminiscência de contacto com público, o que significa que, apesar de tudo, existe um certo grau de abertura, uma dupla dimensão do processo de comunicação - quando surge um desafio aos limites do espaço público [normalizado] por parte de um público activo, os media não podem ignorá-lo sob pena de porem em perigo a sua própria legitimidade” (Pissarra Esteves, 2003: 52)

Simultaneamente, vale a pena observar os *media* sob o ponto de vista do mundo da vida dos agentes sociais relevando a análise dos desempenhos dos actores sociais, neste caso os produtores mediáticos. Segundo uma análise que pode ser feita com base na Fenomenologia Social ainda que com desenvolvimentos posteriores a Schutz, os agentes sociais reproduzem rotineiramente, no interior da atitude natural, as condições dessa realidade, a qual é apreendida a partir do conhecimento de “receitas” e comportamentos típicos, entendidos de um modo que permite assegurar a continuidade à ordem social. (Schutz, 1975 b: 5). Os objectos do mundo social são constituídos dentro de um marco de familiaridade e de reconhecimento proporcionando um reportório [um stock] de conhecimentos disponíveis cuja origem é fundamentalmente social. As possíveis aplicações ao universo dos *mass media* deste modo de abordar a sociabilidade implicam que a produção da notícia se articule com o recurso a quadros de experiência, assentes em modos de tipificar rotineiramente reproduzidos. A construção da notícia implica a utilização de enquadramentos, *frames*, como quadros de experiência que desempenham uma função estruturante dos fluxos comunicacionais e auxiliam o seu utilizador a localizar, perceber, identificar e classificar um número infinito de ocorrências. Segundo esta lógica,

a linguagem dos *media*, em muitos casos, tem o seu ponto de partida no senso comum. Surge, por outro, determinada pela comunidade social onde estão imersos os produtores de mensagens e os pressupostos que permitem proceder à selecção de acordo com a ideia de norma e de desvio se tornam constitutivos dos chamados valores-notícia e da própria ideia de actualidade. Nesta orientação da pesquisa, a atenção recai sobre a importância das rotinas dos jornalistas para a interiorização de um saber baseado na experiência. As experiências colhidas no mundo da vida dos próprios jornalistas – as rotinas organizacionais instaladas na redacção e as interacções sociais levadas a efeito no interior e no exterior da comunidade jornalística – desempenhariam um papel relevante na constituição de quadros de referência essenciais para a leitura que estes profissionais fazem da realidade social.

Por outro lado, a estratégia proposta passa ainda por uma análise mais atenta à complexidade do mundo da vida. Da mesma forma que Schutz analisou o aspecto passivo do estilo cognitivo do mundo da vida e da atitude natural, também introduziu, com a teoria das realidades múltiplas e a análise sociofenomenológica da estranheza uma larga margem para abrir as portas à contingência social e à constituição activa. Os que lêem em Schutz uma defesa do regresso ao mundo da vida como se fosse uma espécie de saudosismo comunitarista marcado por relações autênticas estão enganados. Nas consequências que retiro desta concepção de estranheza para o campo dos *media*, é conveniente pensá-los, na sua relação com o mundo da vida, não apenas de um ponto de vista das regularidades e dos consensos mas também desde um ponto de vista de aprofundamento do plura-

lismo e multiplicação de vozes susceptíveis de acederem à visibilidade pública.

Partindo do desafio que constitui a análise dos *media*, penso que a multidimensionalidade é a única posição que pode explicar o mundo social de uma maneira total. Logo, essa mesma multidimensionalidade deve ser convocada para a análise do lugar ocupado pelos *media* e pela opinião pública, de um modo em que a ambivalência se não transforma numa ambiguidade mas apenas num modo de recusar a unilateralidade. Por detrás deste diálogo decidimos fazer permanecer o sorriso humilde de Alfred Schutz, cuja argumentação será alegadamente incomensurável com a argumentação da Teoria dos Sistemas. Resta sublinhar que esta incomensurabilidade não é linear: o percurso de Schutz pelo seu carácter indeciso e ensaístico, pela sua natureza intuitiva e improvisadora (de músico) é responsável por algumas das interpelações mais provocatórias que ainda se possam sentir neste debate e mesmo alguns autores da Teoria dos Sistemas descobrem na Fenomenologia Social intuições merecedoras de interesse, assim como possibilidades de diálogo que se afiguravam há algumas décadas como altamente improváveis. Se a Schutz falta sistematicidade, de tal modo que por vezes parece tactear em universos percorridos com a penosidade do recém-chegado ou do estranho<sup>2</sup>, muitas das consequências desta atitude são a surpresa refrescante da parte de quem não sendo académico profissional, captava intuições com engenhosa perspicácia.

<sup>2</sup> A estranheza é, com efeito, um traço biográfico da existência deste autor que ele transformou em matéria de reflexão: vejam-se a propósito textos como “The Stranger” e “The Homecomer” ou, se quiseermos, “On Multiple realities”.

### 3 Bibliografia

- Habermas, J. (1984), *Theory of Communicative action*, Boston, Beacon Press
- Honneth, A. e Joas, H., *Communicative action*, London, Polity Press, 1991.
- Joas, Hans. “The unhappy marriage between Hermeneutics and functionalism” in Honneth, A. e Joas, H., (1991), *Communicative action*, London, Polity Press.
- Lasswell, H. (2002), “Estrutura e Função da Comunicação na Sociedade” in Pissarra Esteves, J., *Comunicação e sociedade* (2002), Lisboa, Horizonte.
- Lazarsfeld, P. e Merton, R. K. (1987), “Comunicação de massa, gosto popular e acção social organizada” in Cohn, G., (1987), *Comunicação e indústria cultural*, São Paulo, T.A. Queiroz.
- Luhmann, N. (1998 a), *Introducción a la teoría de Sistemas*, México, Universidad Iberoamericana, Barcelona, Anthropos.
- Luhmann, N. (1998), *Sistemas Sociales: lineamentos para uma teoria general*, Barcelona, Anthropos; México, Universidad Iberoamericana; Sanatafé de Bogotá, Centro Editorial Javerino, Pontificia Universidad Javerina.
- Luhmann, N. (1999), *Politique et complexité*, Paris, Cerf, 1999.
- Luhmann, N. (2000), *La realidad de los medios de masas*, Barcelona, Anthropos.

- McCarthy, Thomas. "System theory: complexity and democracy" in Honneth, A. e Joas, H.(1991), *Communicative action*, London, Polity Press.
- Parsons, T.(1964), *The social system*, New York, The Free Press, 1964.
- Parsons, T.(1974), *O sistema das sociedades modernas*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora.
- Parson, T.(1968), *The structure of social action*, New York, The Free Press.
- Pissarra Esteves, J. ( 2003), *Espaço Público e Democracia*, Lisboa, Colibri.
- Schutz, A. (1975 a), *Collected papers I*, The Hague: Martinus Nijhoff .
- Schutz, A. (1976), *Collected Papers II*, The Hague, Martinus Nijjof.
- Schutz, A. (1975 b), *Collected Papers III*, The Hague, Martinus Nijjoff.
- Schutz, A. (1996), *Collected Papers IV*, Dordrecht, Boston and London, Kluwer Academic Publishers.
- Tuchman, G. (1978), *Making news: a study in the construction of reality*, New York, Free Press.
- Varela, F. (1991), *Biology and intencionality*, Url: <ftp://ftp.eeng.dcu.ie/pub/alife/bmcm9401/varela.pdf> (última consulta: 7/10/2003).